



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 01/2023



### I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 01/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Lê-se na ementa o seguinte:

*"Prorroga o prazo de adesão ao Programa de Regularização Extraordinária Fiscal, denominado "FIQUE EM DIA", instituído pela Lei nº 6.506, de 28 de setembro de 2022."*

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

*"Trata-se de Projeto de Lei que visa prorrogar o Programa de Regularização Extraordinária Fiscal, denominado "FIQUE EM DIA", destinado a possibilitar o pagamento em condições excepcionais de créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, devidos à Administração Direta e Indireta do Município de Muriaé."*

*A referida proposta tem como objetivo dar aos contribuintes a oportunidade de aderir às condições extraordinárias do Programa "Fique em Dia", sendo tal medida de relevante interessante social e benéfica ao cidadão muriaeense."*

É o relatório.

A Comissão Temporária Especial tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos arts. 67, 69 e 75 do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

### II. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei visa prorrogar o prazo do Programa de Regularização Extraordinária Fiscal denominado "Fique em Dia", programa esse criado através da Lei Municipal 6.506/2022, estendendo o prazo para adesão a esse programa até o dia 31 de março de 2023.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Como regra, a iniciativa dos projetos de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e, na forma da lei, aos cidadãos, conforme estabelecem os arts. 76 e 78 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

Entretanto, há matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito, consoante prevê o art. 77 da LOM. Lê-se no dispositivo que:

"Art. 77. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – Da Mesa da Câmara, formalizada por meio de projeto de resolução:

a) o regulamento geral, que disporá sobre a organização da Secretaria da Câmara, seu funcionamento, sua polícia, criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função, regime jurídico de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

b) a autorização para o Prefeito ausentar-se do Município;

c) a mudança temporária da sede da Câmara.

II – do Prefeito:

a) a criação de cargo e função pública da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;

b) o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluídos o provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria;

c) o quadro de emprego das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município.

d) a criação, estruturação e extinção de Secretária Municipal e de entidade da administração indireta;

e) os planos plurianuais;

f) as diretrizes orçamentárias;

g) os orçamentos anuais;

h) a matéria tributária que implique redução da receita pública;

i) a fixação e a modificação dos efetivos da guarda Municipal."





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Quanto à espécie normativa, a Lei Orgânica do Município de Muriaé impõe a determinadas matérias taxativamente previstas no § 2º do art. 76 estatuta mais elevada, impondo-lhe o regramento da lei complementar, senão vejamos:

"Art. 76.

§ 2º. Considera-se lei complementar entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:

I – o Plano Diretor;

II – o Código Tributário;

III – o Código de Obras;

IV – o Código de Postura;

V – o Estatuto dos Servidores Públicos e do Magistério Municipal;

VI – a lei de parcelamento, ocupação e uso do solo;

VII – a lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;

VIII – a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos."

A matéria em exame não figura entre aquelas pertinentes à lei complementar, sendo admissível que a proposição siga pela espécie normativa ordinária.

Quanto ao quórum de votação, leis complementares e leis ordinária são aprovadas por *quóruns* diferenciados.

A lei complementar submete-se à quórum de maioria absoluta, *ex vi* do disposto no § 1º do art. 76 da Lei Orgânica.

"Art. 76.

(...)

§ 1º. A Lei Complementar é aprovada por maioria dos membros da Câmara observados os demais termos de votação das leis ordinárias."

Entretanto, a lei ordinária submete-se ao quórum de maioria simples, *ex vi* do disposto no caput do art. 61 da Lei Orgânica:

"Art. 61. As deliberações da Câmara serão tomadas, nas votações normais, por maioria dos membros presentes às reunião, salvos os casos previstos nesta lei."



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Assinalamos que a matéria em exame enquadra-se como lei ordinária, razão pela qual a proposição submete-se ao quórum de maioria simples [maioria dos presentes] para aprovação.

No que tange à competência legislativa do Município, a proposição acha-se amparada pelos art. 30, inciso I, da Constituição da República, art. 171, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 6º da Lei Orgânica do Município de Muriaé, por trata-se de matéria de interesse eminentemente local, além de encontrar fundamento no art. 72, V da Lei Orgânica, haja vista versar sobre matéria tributária.

Segundo justificativa apresentada pelo proponente, não haverá geração de despesas para o patrimônio público, eis que a proposição versa apenas sobre a prorrogação de programa de recuperação fiscal, que tem por escopo incrementar a arrecadação municipal por meio de incentivo aos contribuintes que se encontram em situação de inadimplência perante o fisco municipal, havendo a utilização das estruturas já existentes e de servidores públicos dos quadros da Administração Pública.


7. Quanto ao mérito da proposição, está presente o interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, nos termos da fundamentação, e considerando que está presente o relevante interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei, concluímos o voto pela aprovação do projeto.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 05 de janeiro de 2023.

Membros da Comissão Especial:

  
**REGINALDO RORIZ**

Vereador

  
**DEVAIL GOMES CORREA**

Vereador

  
**CHRISTIAN TANUS BAHIA**  
Ph06/2023

Vereador